
REPENSAR PORTUGAL

Joel Justino Baptista Serrão, licenciado em Ciências Históricas e Filosóficas pela Universidade de Lisboa, foi longos anos professor dos Liceus, em 72 Professor Extraordinário do Instituto Superior de Economia e em 75 Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. É Administrador da Fundação Gulbenkian. Algumas obras publicadas:

- «O Carácter Social da Revolução de 1383» (1946);
- «Sampaio Bruno — O Homem e o Pensamento» (1959);
- «Temas de Cultura Portuguesa», I e II (1960 e 1965);
- «Emigração Portuguesa — Sondagem Histórica» (1971 e 1974);
- «Antologia do Pensamento Político Português — I Liberalismo, Socialismo e Republicanismo» (1970);
- «Iniciação ao Filosofar» (1970 e 1974);
- «Cronologia Geral da História de Portugal» (1973);
- «Dicionário de História de Portugal» Planeamento Direcção e Colaboração (4 vols. em 1963, 65, 68 e 71).

Foi encarregado com o Professor Godinho após o falecimento de Jaime Cortesão de proceder aos trabalhos de investigação e selecção dos materiais legados pelo historiador, a fim de que a obra «Os Descobrimientos Portugueses» se concluisse.

REPENSAR PORTUGAL

Portugal encontra-se hoje numa situação sem par em toda a sua longa história: o tenaz projecto ultramarino, mantido e afeiçoado no decurso de cinco séculos, esgotou, definitivamente, as suas virtualidades. Acabaram-se os «brasis» ou as «áfricas» que, em dado momento, pretenderam reconstituir aqueles. **Acabaram-se para sempre!** Entendamos isto, por uma vez, se queremos — se, efectivamente, queremos — entender o que importa levar por diante. É que, directa ou indirectamente, clara ou obscuramente, de uma ou de outra forma, todos nós fomos condicionados, historicamente, por um dado contexto herdado de geração para geração, no qual o centro de gravidade da nossa existência colectiva se encontrava alhures, em última instância, na caça ao índio brasileiro, na exploração do trabalho escravo do negro, nas colónias, condenadas a dados ritmos de «desenvolvimento» ou de estagnação, consoante fosse do agrado ou da conveniência ou das possibilidades dos senhores reinóis. Senhores que, por seu turno, manifestavam a sua magnanimidade nos desvelos com a salvação das almas daqueles que, neste vale de lágrimas, implacavelmente se exploravam.

Ora, isso acabou, ou está a acabar de vez muito rapidamente. Nisso se cifra, por ora, a mutação fundamental levada a efeito, a partir de 25 de Abril de 1974 consagrada, enfim, pelo reconhecimento oficial da República Popular de Angola, em Fevereiro de 1976. Por aí é que, desde já, cai por terra um dos esteios mais fortes daquilo que tem sido **toda** a vida portuguesa — insista-se até à saciedade — nos seus **últimos cinco séculos de história**. Com isso, sem dúvida que o futuro se nos abre, por mais indefinido que ele se encontre ainda. Que futuro? Que futuro queremos e merecemos? Que futuro teremos coragem de talhar à nossa medida? Que futuro seremos capazes de equacionar, a partir do que somos e do que for possível?

Para definir-se um projecto de futuro viável teremos, antes, de mais, de **nos descondicionarmos**, até nos recessos mais íntimos da nossa personalidade colectiva, que tanto deve ao «peso» histórico, libertando-nos, na medida em

que isso vá sendo possível, dos complexos mecanismos nos quais as colónias e o colonialismo se inscreveram como uma das suas peças fundamentais. E só há — ao que supomos — um processo de o tentar: é concentrarmos as energias que nos restaram num projecto viável de futuro. **A nossa medida**, ou seja: com realismo mas, simultaneamente, na convicção de que o povo português é senhor de enormes virtualidades que importa efectivar, algumas das quais só agora poderão vir à superfície se... **Se** formos capazes de nos libertar dos enleios do passado, rumando, decididamente, para um futuro nosso.

Valeu a pena ter esse povo partido, há séculos, para as terras de além-mar? Em boa verdade, não há resposta pertinente para tal pergunta, destituída de sentido em termos de compreensão histórica. O que importa, isso sim, é desmentir, criticamente, os mecanismos de toda a ordem — desde os socio-económicos aos mentais e culturais — que condicionaram dado trajecto histórico. É que só é possível enterrar o passado, compreendendo-o e explicando-o; e tal tarefa, em grande parte ainda por levar a efeito, se exige trabalho árduo e persistente e adequada preparação científica, não dependerá menos do projecto futuro que, desde já, sejamos capazes de ir formulando, assumindo-o à medida do que for sendo possível.

Assim, seja-nos permitido propor alguns temas de reflexão, umas tantas prioridades indispensáveis, segundo cremos, ao desbravamento das dificuldades em que nos encontramos e nos encontraremos por largos anos ainda. Eis erro em que não cairemos: o supor que as estruturas de um país como o nosso se redefinirão num ápice mediante qualquer «milagre». O caminho será longo mas **precisa de principiar a ser percorrido**.

Eis os temas e as prioridades, tais quais as entrevemos. Se, acaso, forem considerados pertinentes, continuaremos a dar o modesto contributo que nos for possível à generalização do debate em termos nacionais.

I — Reformulação política do País, em termos de liberdade e de justiça. E, neste ensejo, lembremos tão-só que **liberdade** e **justiça** não são, por sua natureza mesma, ideias que se excluam, embora na prática histórica antiga ou mais recente, por vezes, tenham assumido carácter disjuntivo. Com efeito, segundo pensamos, não se trata de sacrificar a justiça inadiável à liberdade, ou de adiar a liberdade de iniciativa à justiça decretada, por uma vez. A liberdade e a justiça são mediações interconexas na transformação das realidades socio-económicas e culturais-mentais que enfrentamos, hoje, entre nós.

II — Alteração das estruturas socio-económicas do País, em termos de um projecto socialista. A história do capitalismo português está em boa parte por fazer. Todavia, algo parece certo: ele jamais conseguiu impulsionar, decisivamente, o País — e daí a necessidade do recurso ao fascismo e às guerras coloniais; não logrou levar por diante certo desenvolvimento industrial, efectivamente verificado na década de 60, sem destruir, ao mesmo tempo, a agricultura, cujos problemas jamais se articularam, coerentemente, com os do sector secundário; a «industrialização» portuguesa desencadeou, assim, o êxodo emigratório a que temos assistido nos últimos anos...

Se assim é, o capitalismo não chegou a estruturar-se solidamente em Portugal, o que liberta o País, na sua aposta de futuro, de metas a alcançar que só são válidas nas sociedades industrializadas que se encontram adiantadas 30 ou mais anos relativamente a nós... Estamos condenados, pelo que parece, a não sermos senão um subproduto do grande capitalismo. Vale a pena?

Por outro lado, isso mesmo nos abre e facilita as vias da experiência socialista. Que socialismo? Aquele que for possível, a partir das forças sociais em presença e das capacidades que revelarem de subsumirem os pequenos particularismos na busca em comum do interesse nacional.

III — Alteração das estruturas culturais-mentais da gente portuguesa, em termos de um projecto nacional de educação. Da escola infantil às Universidades, dos docentes aos discentes, o esforço a emprender é enorme. Sem ele, porém, nada será possível, ou tudo acabará por ficar aquém, na apagada e vil tristeza de se não ser capaz do passo decisivo.

Não é difícil definir, um tanto abstractamente, os alvos que, aí, importa alcançar:

1) A efectiva democratização do processo educativo: que cada jovem português, à partida, tenha possibilidades de prosseguir os estudos até aos limites das suas condições naturais. Ora, tal propósito só será viável, a partir do momento em que a nossa sociedade se transforme, de facto, de acordo com um projecto nacional de socialismo.

2) Democratizar significa, além do mais, conceder-se a cada português o direito ao trabalho. Não discutamos isso. Mas é necessário insistir em que a contrapartida desse direito é o dever de trabalhar. É tempo de se fazer um esforço para tornar claro a todos — e especialmente aos mais jovens — que o trabalho é um privilégio do homem livre, naturalmente contestado pelos mendigos, pelos parasitas sociais e por todos quantos se não libertaram ainda

dos hábitos atávicos de viver do império de além-mar... Algumas das raízes da preguiça e da ineficiência de tantos de nós mergulham nesse **substractum** histórico que, sabemo-lo bem, terminou. As escolas ou serão locais de trabalho efectivo, em que se aprende a trabalhar trabalhando, ou serão apenas pouco mais que poleiros destinados a eternizar, entre nós, o mando de dados grupos sociais privilegiados pelo nascimento. E enquanto professores e alunos não compreenderem isso e não pautarem a sua acção pela compreensão que disso mesmo alcançarem, o fermento democratizador não terá começado ainda a afectar de maneira nova a educação que se pratica em Portugal.

3) A prática do espírito científico, o sentido do problema, o treino na busca das soluções, o fomento da imaginação criadora... É demasiado fácil proclamar que esses deverão ser os objectivos a alcançar nas tarefas escolares. Bem mais difícil será instituí-los na prática docente-discente. Mas esse é um dos desafios que a todos, neste momento decisivo da vida nacional, é lançado.

O futuro do País dependerá, imediata ou mediatamente, das capacidades que revelarmos na assunção de tal desafio.

Joel Serrão